

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado para o exercício findo

Quadro III - Demonstração dos outros resultados abrangentes para o exercício findo

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
RELATÓRIO DF – 2023/007**

Aos Acionistas e Conselho de Administração do
Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do **Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. (“Companhia”)**, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos outros resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 14 de março de 2023



Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador CRC MG - 079.276/O-7



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.
CNPJ: 00.718.528/0001-09
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.452	8.401	7.255	30.490	Fornecedores	17	50.296	41.546	54.639	44.115
Titulos e valores mobiliários	7	52.251	89.552	73.875	89.552	Empréstimos e financiamentos	18	37.221	39.962	37.383	40.009
Contas a receber	8	143.111	133.941	147.095	136.734	Obrigações sociais e trabalhistas	19	49.144	44.886	53.538	47.595
Estoques	9	14.742	15.910	15.680	17.601	Obrigações tributárias	20	11.051	11.228	14.559	12.255
Tributos a recuperar	10	16.702	6.867	18.729	8.424	Dividendos a pagar		17.514	35.290	17.514	35.290
Outros créditos	11	1.358	1.289	6.497	1.942	Obrigações com investimento		11.365	-	11.365	293
Total Circulante		230.616	255.960	269.131	284.743	Arrendamentos	16.2	41.743	29.952	45.060	31.551
						Outras obrigações	21	2.983	2.945	3.668	3.354
						Total Circulante		221.317	205.809	237.726	214.462
Não Circulante						Não Circulante					
Partes relacionadas	12	189.718	141.131	189.718	141.131	Empréstimos e financiamentos	18	257.551	216.690	262.932	221.781
Depósito judicial		936	420	1.091	517	Partes relacionadas		1.472	-	-	-
Tributos diferidos		4.769	4.769	4.769	4.769	Obrigações tributárias		7.229	11.288	8.713	11.288
Outros créditos	11	5.359	5.350	5.359	5.361	Obrigações com investimento		13.089	-	13.089	-
						Tributos diferidos		-	-	2.611	2.611
						Provisão para contingências		342	342	973	748
						Arrendamentos	16.2	151.306	122.843	170.526	130.078
						Outras obrigações	21	604	11.609	727	11.609
						Total Não Circulante		431.593	362.772	459.571	378.115
						Total Passivo		652.910	568.581	697.297	592.577
						Patrimônio Líquido	22				
Investimentos	13	107.251	72.073	21.532	21.225	Capital social		8.200	7.500	8.200	7.500
Imobilizado	14	85.622	59.715	102.607	71.583	Adiantamento para futuro aumento de capital		1.494	-	1.494	-
Intangível	15	4.978	4.969	59.194	30.333	Reserva legal		1.640	1.500	1.640	1.500
Direito de uso	16.1	184.345	148.196	205.875	156.917	Reserva de lucros		149.350	115.002	149.350	115.002
Total Não Circulante		582.978	436.623	590.145	431.836			160.684	124.002	160.684	124.002
						Participação de não controladores		-	-	1.295	-
						Total Patrimônio Líquido		160.684	124.002	161.979	124.002
Total Ativo		813.594	692.583	859.276	716.579	Total Passivo e Patrimônio Líquido		813.594	692.583	859.276	716.579

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.
CNPJ: 00.718.528/0001-09
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita Operacional Líquida	23	875.937	890.938	940.920	929.110
Custos da prestação de serviços	24	(218.549)	(228.451)	(235.606)	(235.103)
Lucro Operacional Bruto		657.388	662.487	705.314	694.007
(Despesas) Receitas Operacionais					
Pessoal, benefícios e encargos sociais	25	(309.914)	(275.581)	(338.261)	(287.503)
Administrativas	26	(135.294)	(124.971)	(149.223)	(131.357)
Comerciais	27	(20.841)	(13.808)	(21.245)	(13.868)
Tributárias		(1.764)	(2.362)	(2.090)	(2.433)
Depreciação/amortização		(8.336)	(8.105)	(10.670)	(8.407)
Depreciação - CPC 06	16.1	(44.181)	(31.420)	(47.727)	(32.603)
Resultado com participações societárias		(3.937)	8.080	-	-
Resultado com impairment		-	(14.026)	-	(14.026)
Outros resultados operacionais	28	(2.485)	(7.994)	(2.545)	(10.087)
Resultado Operacional		130.636	192.300	133.553	193.723
Resultado Financeiro	29				
Receitas financeiras		10.611	5.405	13.702	6.264
Despesas financeiras		(40.256)	(24.740)	(41.342)	(25.030)
Despesas financeiras - CPC 06		(15.220)	(9.704)	(16.637)	(10.030)
		(44.865)	(29.039)	(44.277)	(28.796)
Resultado antes dos Impostos		85.771	163.261	89.276	164.927
Imposto de renda e contribuição social - corrente	30	(32.769)	(60.870)	(36.196)	(62.536)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	4.769	-	4.769
Lucro Líquido do Exercício		53.002	107.159	53.080	107.159
Participação dos quotistas não controladores				78	-
Participação dos quotistas controladores				53.002	107.159

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.
CNPJ: 00.718.528/0001-09
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado Líquido do Exercício	53.002	107.159	53.080	107.159
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Ajustes que não serão reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Ajustes que serão reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	53.002	107.159	53.080	107.159

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.
CNPJ: 00.718.528/0001-09
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido dos Controladores	Patrimônio Líquido dos Não Controladores	Total
Saldo em 31/12/2020	7.500	-	1.500	67.293	-	76.293	-	76.293
Dividendos pagos	-	-	-	(32.660)	-	(32.660)	-	(32.660)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	107.159	107.159	-	107.159
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(26.790)	(26.790)	-	(26.790)
Apropriação à reserva de lucro	-	-	-	80.369	(80.369)	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	7.500	-	1.500	115.002	-	124.002	-	124.002
Incorporação de subsidiária	700	1.494	-	(5.299)	-	(3.105)	-	(3.105)
Aquisição de participação societária com não	-	-	-	-	-	-	1.217	1.217
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	53.002	53.002	78	53.080
Apropriação à reserva legal	-	-	140	-	(140)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(13.215)	(13.215)	-	(13.215)
Apropriação à reserva de lucro	-	-	-	39.647	(39.647)	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	8.200	1.494	1.640	149.350	-	160.684	1.295	161.979

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

LABORATÓRIO SABIN DE ANÁLISES CLÍNICAS S.A.
CNPJ: 00.718.528/0001-09
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de Caixa provenientes das Operações				
Resultado Líquido antes do IR e CSLL	85.771	163.261	89.276	164.927
Ajuste de Despesas/Receitas que não afetam o Caixa				
Depreciação/amortização	11.546	11.138	14.075	11.440
Depreciação - CPC 06	43.623	31.420	47.169	32.603
Juros provisionados - CPC 06	15.220	9.704	16.635	10.092
Juros provisionados empréstimos e financiamentos	33.464	19.169	33.467	19.170
Resultado de equivalência patrimonial	3.937	(8.080)	-	-
Provisão de férias e 13º salário	40.330	35.881	43.603	37.126
Impairment de investimentos	-	14.026	-	14.026
Provisão para riscos	-	-	225	-
Baixas do ativo imobilizado	579	-	1.067	-
Baixas do ativo intangível	2.166	-	-	-
Perda com a carteira de clientes	6.705	4.155	6.750	4.155
Perda em estoque	921	-	972	-
Outros ajustes	721	(187)	3.440	206
	244.983	280.487	256.679	293.745
Variações nos Ativos e Passivos				
Clientes	(15.875)	17.139	(12.108)	16.763
Estoques	247	(2.181)	1.465	(3.552)
Tributos a recuperar	(9.835)	7.540	(9.693)	5.983
Outros créditos e depósitos judiciais	(593)	1.996	(5.010)	1.237
Fornecedores	8.749	(630)	9.232	2.104
Obrigações trabalhistas e sociais	(36.072)	(31.749)	(39.483)	(30.467)
Obrigações fiscais	(2.215)	(10.713)	(3.152)	(11.740)
Outras exigibilidades	(10.968)	(4.211)	(10.658)	(5.446)
Dividendos recebidos	9.773	-	-	-
Pagamento de juros sob empréstimos	(34.903)	(19.169)	(34.903)	(19.170)
Imposto de renda e contribuição social	(32.769)	(50.773)	(36.197)	(51.462)
Total das Variações	(124.461)	(92.751)	(140.507)	(95.750)
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	120.522	187.736	116.172	197.995
Fluxo de Caixa de Atividades de Investimentos				
Aquisição de investimentos	(6.109)	(50.099)	(307)	(3.824)
Liquidação de obrigações por compra de investimentos	(2.373)	-	(2.373)	-
Caixa recebido na incorporação de controlada	-	-	(1.346)	-
Aquisição de imobilizado	(36.381)	(12.123)	(41.484)	(23.973)
Aquisição de intangível	(3.738)	-	(5.700)	(38.315)
Adiantamento p/futuro aumento de capital social	(16.761)	-	-	-
Alienação líquida do ativo imobilizado e intangível	-	6.174	-	6.079
Títulos e valores imobiliários	37.301	(89.552)	15.677	(89.552)
Empréstimos intercompany	(48.587)	-	(50.060)	-
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimentos	(76.648)	(145.600)	(85.593)	(149.585)
Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	175.000	-	175.000	2.060
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(135.441)	(3.079)	(135.412)	-
Parcelamentos tributários	(2.021)	(10.817)	(2.036)	(7.478)
Pagamento de arrendamentos	(54.738)	(38.573)	(58.743)	(40.267)
Empréstimos <i>intercompany</i>	(1.632)	(13.526)	(1.632)	(13.528)
Pagamento de dividendos	(30.991)	(32.660)	(30.991)	(32.660)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamentos	(49.823)	(98.655)	(53.814)	(91.873)
Aumento/(redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.949)	(56.519)	(23.235)	(43.463)
Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do exercício	8.401	64.920	30.490	73.953
No fim do exercício	2.452	8.401	7.255	30.490
Varição no Período	(5.949)	(56.519)	(23.235)	(43.463)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A., entre outros negócios ("Companhia", e, em conjunto com suas controladas, "Grupo Sabin") é o maior da região Centro-Oeste, com unidades no Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e, se estendendo a outros estados tais como: Amazonas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Roraima, São Paulo e Piauí.

Fundado em 1984, o Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. é reconhecido por instituições nacionais e internacionais pela qualidade dos seus serviços de saúde, gestão de pessoas, responsabilidade socioambiental e pesquisas técnico-científicas.

O Grupo está presente nas cinco regiões do país com cerca de 354 unidades de atendimento e conta com um amplo portfólio de produtos e de prestação de serviços nas seguintes áreas: (i) análises e pesquisas clínicas e patológicas humanas; (ii) análises de biologia molecular e citogenética; (iii) serviços de imagem; (iv) vacinação e imunização em pessoas humanas; (v) *check – up* executivo; e (vi) atenção primária.

Para manter a excelência na realização de exames, a Companhia participa há mais de 20 anos do PELM (Programa de Excelência para Laboratórios Médicos) e investe em programas internos de qualidade, metodologias, equipamentos e atualização científica da equipe técnica. O Laboratório Sabin é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Brasília - DF.

O investimento na capacitação e atualização do corpo técnico, por meio da participação em congressos e seminários nacionais e internacionais, aliado à inovação tecnológica em todos os processos analíticos, reafirma a proposta do Sabin em oferecer à população um serviço diferenciado e de acordo com normas internacionais de qualidade.

A Companhia também é a única mantenedora do Instituto Sabin, entidade qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, que surgiu com a missão de reunir e formalizar as práticas de responsabilidade social empresarial, investimento social privado e inovação social exercidas pelo Laboratório Sabin S.A. em 3 (três) eixos de atuação, a saber: (i) Promoção da saúde integral e do bem-estar de pessoas em vulnerabilidade; (ii) Fortalecimento de ecossistemas e organizações de impacto social; e (iii) Engajamento social e filantropia

1.1 Aquisição de novos negócios

1.1.1 Laboratório Bioanálise Ltda.

Em 29 de setembro de 2022, a Controladora Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. ("Laboratório Sabin" ou "Adquirente"), adquiriu 80% das quotas do Laboratório BioAnálise Ltda. ("Laboratório Bioanálise" ou "Bioanálise e"), por meio da contraprestação assumida com os antigos sócios.

A participação adquirida (80%), bem como, a definição das diretrizes operacionais e financeiras do Bioanálise, permitiram o controle ao Laboratório Sabin.

Em 25 de novembro de 2022, por meio de alteração contratual, o antigo sócio transferiu 80% de suas quotas ao Adquirente. Esta aquisição do controle societário está alinhada à estratégia de investimentos do Grupo Sabin em regiões com grande potencial de crescimento.

Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. ("Laboratório Sabin") é controlador do Laboratório Bioanálise e, por isso, na essência da transação, o Adquirente considerou pertinente o reconhecimento da operação na data de sua aquisição, considerado os requerimentos do CPC 15 – Combinação de Negócios.

Ativos e passivos adquiridos reconhecidos na data de aquisição

Apresentamos abaixo o valor justo dos ativos e passivos identificáveis do Laboratório Bioanálise na data da aquisição:

Ativo		Passivo	
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5.115	Empréstimos e financiamentos	105
Contas a receber	5.003	Fornecedores	1.291
Estoques	516	Obrigações tributárias	4.892
Impostos a recuperar	612	Obrigações fiscais e trabalhistas	1.823
Outros ativos circulantes	79	Outros passivos circulantes	89
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Depósitos judiciais	37	Empréstimos e financiamentos	268
Imobilizado	3.096	Obrigações tributárias	26
Intangível	113		
		Patrimônio líquido	6.077
Total do Ativo	14.571	Total do Passivo	14.571

O ágio na aquisição foi determinado de acordo com a tabela abaixo.

Contraprestações a serem transferidas aos antigos sócios	32.934
Participação de não controladores	1.217
Total	34.151
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(6.077)
Ágio apurado na aquisição	28.074

Foi gerado ágio na aquisição considerando que o custo da combinação de negócios incluiu o montante de R\$32.000 (antes dos ajustes), dos quais foram liquidados à vista R\$6.400, correspondente a 20% do valor pago pelo controle, conforme divulgado em fato relevante no dia 29 de setembro de 2022. Adicionalmente, as contrapartidas pagas pelas combinações incluíram valores em relação aos benefícios das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão de obra. Estes benefícios não são registrados separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Entrada de caixa líquida

Como a aquisição se deu por assunção de contrapartidas no futuro, a entrada de caixa líquida é demonstrada de acordo com a tabela abaixo:

Contrapartidas transferidas aos sócios vendedores na data da aquisição	(6.400)
Saldo de caixa e equivalentes adquiridos	5.115
Efeitos da aquisição apresentados demonstração dos fluxos de caixa	1.285

1.2 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

Em 15 de agosto de 2018, um novo marco regulatório foi sancionado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709/2018), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais (de funcionários, terceiros, clientes, fornecedores, entre outros), inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Em 2020, o Grupo Sabin concluiu o projeto e nomeou o seu Data Protection Officer (DPO), que por meio de canais exclusivos realiza cuidadosamente os atendimentos que envolvem os direitos de titulares. Nesse mesmo ano, também foram intensificados os investimentos no processo de desenvolvimento e capacitação de seus colaboradores. É importante destacar ainda, que todas as ações conduzidas pelo Grupo para aderência à LGPD são extensivas ao Instituto Sabin.

Em 2021, foi constituída a Gerência de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, vinculada a Diretoria Técnica de Expansão e Coordenação Jurídica, bem como foi criado o Portal da Privacidade para atendimento aos direitos dos titulares em cumprimento aos artigos 18 e 50 da Lei 13.709/18 – LGPD.

Em 2022, o setor de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais se consolidou, haja vista que todos os objetivos delineados para o ano foram alcançados, dentre os quais destacamos:

- Atualização e disseminação de políticas e procedimentos com o apoio da Comunicação Interna e Universidade Corporativa - Unisabin;
- Criação do modelo de *roadmaps* para as adequações à LGPD aplicáveis ao Grupo Sabin;
- Desenvolvimento e implementação de ações educativas relativas à privacidade e proteção de dados;
- Estruturação da governança da Gerência de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais com a definição de sua missão, visão, atribuições, objetivos e indicadores, bem como os principais macroprocessos; e
- Implantação de monitoramento e compliance relativo à formalização de contratos e/ou aditivos de clientes, fornecedores e prestadores de serviços corporativos do Grupo Sabin.

A Gerência de Privacidade e Proteção de Dados atuou em 2022 com foco na multiplicação das práticas de privacidade a partir de capacitações realizadas por todo Brasil que alcançaram ao todo 6.013 colaboradores capacitados entre os anos de 2021 e 2022.

Foi um ano também de colher os frutos do trabalho iniciado em 2018 com a criação do Grupo de Trabalho LGPD (GT-LGPD), formado por diversos líderes do Mantenedor, pois em 2022, o Grupo Sabin foi reconhecido por suas práticas de compliance em LGPD ao ser contemplado com o 1º. Prêmio Serpro de Privacidade e Proteção de Dados, cujo objetivo era de identificar as melhores práticas em proteção de dados em âmbito nacional.

O Conselho de Administração, a presidência, as diretorias, as gerências e as demais lideranças do Grupo Sabin incentivam e estimulam a manutenção e a evolução constante da política corporativa de privacidade frente os stakeholders com os quais a organização mantém relação comercial, administrativa ou assistencial. Dessa forma, garante o tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis para o propósito estabelecido entre as partes em conformidade com a LGPD e com as leis que constituem o arcabouço regulatório do setor de

saúde, protegendo a privacidade e confidencialidade dos dados, além dos princípios éticos e morais preconizados pelo Grupo.

1.3 Environmental, Social and Governance – ESG (Informação não auditada)

O Grupo Sabin por ser uma entidade do segmento de saúde já possui objetivos estratégicos e práticas alinhadas ao conceito *Environmental, Social and Governance – ESG* e está engajado na Agenda Universal proposta pela ONU, por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além de ser signatário do Pacto Global, que tem como objetivo mobilizar a comunidade empresarial internacional na disseminação de práticas de *ESG* que envolvem os aspectos ambientais, sociais e de governança, quais sejam:

a) Ambiental

A responsabilidade socioambiental é um dos valores do Grupo Sabin que há 12 anos possui a certificação ISO 14001, que garante o cumprimento de requisitos de qualidade relacionados à gestão dos aspectos de impacto ambiental em todas as regiões em que atua. Além de investir em projetos e soluções para fortalecer sua política ambiental. Desde 2018, sua Sede possui o selo *Gold Leadership in Energy and Environmental Design - LEED*, certificado internacional para edificações sustentáveis. Em 2020, a empresa conquistou o Certificado de Energia Renovável, com a entrada no mercado livre de energia originada de fontes renováveis.

Em 2022 houve a implantação de nova estação de tratamento de efluentes na sede do Grupo, possibilitando que 100% de toda água consumida no processo produtivo seja reaproveitada no edifício, resultando no uso consciente deste recurso natural de grande importância para todos. Aumentamos em 23% a quantidade de materiais enviados para reciclagem resultado do nosso Programa Ambiental na sede em Brasília, totalizando em 2022 aproximadamente 103 toneladas de recicláveis.

b) Social

Há 17 anos, o Grupo Sabin é mantenedor do Instituto Sabin e já impacta positivamente, via investimento social privado, a vida de mais de 1 milhão de pessoas em todo o país, buscando contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e fomentando a inovação social, em três grandes eixos estratégicos:

- **Eixo 1 - Promoção da saúde integral e do bem-estar de pessoas em vulnerabilidade:** um eixo alinhado ao DNA da mantenedora e que busca resultados de curto, médio e longo prazos.
- **Eixo 2 - Fortalecimento de ecossistemas e organizações de impacto social:** voltado para orientação mais sistêmica e estrutural, buscando resultados de médio e longo prazos.
- **Eixo 3 - Engajamento social e filantropia:** direcionado para ações assistenciais em causas urgentes, pontuais e recorrentes, buscando resultados imediatos.

Além dos programas e projetos sociais já existentes em seu amplo portfólio, o Instituto também atuou em diversas frentes emergenciais para reduzir os impactos negativos da pandemia nas comunidades e organizações sociais assistidas. Dentre estas ações estão:

(i) apoio assistencial; (ii) fomento, produção e doação de máscaras; (iii) disseminação de conteúdo para ONGs e servidores públicos; (iv) Fomento a iniciativas de impacto; e (v) acesso a exames para a população em vulnerabilidade social.

Para inspirar um mercado mais igualitário, o Grupo Sabin, investe em boas práticas de gestão de pessoas e adota programas voltados para diversidade, inclusão e empoderamento das mulheres, se tornando desde 2016 signatário de 7 Princípios estabelecidos pela ONU Mulheres.

c) Governança

Com base nos 4 (quatro) princípios de boas práticas de governança corporativa, quais sejam: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, o Grupo Sabin adota os seguintes dispositivos que norteiam sua gestão: (i) acordo de acionistas; (ii) políticas de governança financeira; (iii) auditorias internas e de certificação; (iv) programa de integridade; e (v) diretrizes formais de cumprimento do Código de Conduta Ética e *Compliance*; e certificação anual das demonstrações financeiras realizada por auditores independentes.

O Grupo Sabin divulga anualmente por meio dos Relatórios de Sustentabilidade e de Administração, informações relativas à gestão *ESG* para demonstrar ao mercado e à sociedade seu compromisso relacionado ao meio ambiente, responsabilidade social e governança.

Em 2022, não foram observados impactos relevantes decorrentes de emissões de carbono, produtos químicos e outros resíduos, o uso indevido de recursos naturais e de mudanças climáticas que pudessem afetar os negócios da Companhia e, conseqüentemente as demonstrações financeiras ou as exigências de *compliance ESG*.

2 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. e suas subsidiárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram e autorizadas para emissão de acordo com a aprovação da Diretoria Estatutária em 31 de janeiro de 2023, conforme consta na 1ª Ata de Reunião da Diretoria Executiva.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Leis de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia, também, aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão do negócio.

3.1 Base de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as propriedades para investimentos (nota explicativa nº 4.7). Todas as informações estão apresentadas em milhares de Reais.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

3.3 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos de termos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Na consolidação são eliminadas as participações da controladora no Patrimônio Líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável), das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

3.4 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e, quando necessária são reconhecidas no período em que são revisadas ou em quaisquer períodos futuros afetados.

3.5 Alteração de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório que envolve por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de *covenant*. As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas emanadas pela *International Financial Reporting Standards - IFRS* e interpretações da *International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.6 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$53.002. O Ativo Circulante Consolidado excedeu o Passivo Circulante Consolidado em R\$31.405 e a Companhia possui o montante de R\$228.225 em recursos compreendendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e linhas de crédito não utilizadas disponíveis na data de autorização destas demonstrações financeiras. As informações anuais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. e de suas Controladas, uma vez que a Administração avaliou a capacidade operativa e está convencida de que possui recursos e condições suficientes para prosseguir no negócio num futuro previsível.

Na data de emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não vislumbra riscos ou possíveis incertezas que possam nesse momento afetar a continuidade de seus negócios, as estimativas e julgamentos contábeis relacionados na nota explicativa nº 3.4. Com base nesses fatores a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados e linhas de crédito suficientes para sua sustentabilidade.

4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas práticas foram aplicadas de modo consistente e comparativa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 Regime de escrituração contábil

O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e as despesas são reconhecidas no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o prazo de um ano contados a partir de 31 de dezembro de 2022, são classificados como circulantes e os valores com prazos superiores a um ano, foram classificados como não circulantes.

4.2 Reconhecimento da receita

A Companhia e suas Controladas reconhecem as receitas quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de performance ao transferir o controle do serviço prometido ao cliente. Esse serviço é considerado transferido à medida em que o cliente obtém o seu controle.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

4.2.1 Receita de prestação de serviço

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas complementado pela provisão de serviços executados e ainda não faturados.

Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços decorrentes dos atendimentos realizados nos diversos segmentos do negócio (medicina diagnóstica, exames de imagem, imunização, entre outros).

4.2.2. Receita financeira

A receita financeira compreende basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras. É reconhecida no resultado com base no método da taxa de juros efetiva. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

4.2.3 Receita de aluguel

A receita de aluguel proveniente de imóvel para investimento, arrendado a terceiros conforme contrato de arrendamento operacional, é reconhecida pelo método linear na demonstração do resultado em "Outras receitas", durante o período de arrendamento.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, conforme nota explicativa nº 6 e as contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, conforme nota explicativa nº 18.

4.4 Contas a receber (Clientes)

As contas a receber de clientes são decorrentes de serviços prestados, inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação, deduzido da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis de estimativa para ajuste ao valor presente e líquidos de estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas como ativos circulantes, caso contrário está apresentado no ativo não circulante.

4.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e é avaliado quanto ao seu valor recuperável na data de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*) ou obsolescência, esta é imediatamente reconhecida no resultado e os saldos apresentados líquidos.

4.6 Investimentos em coligadas e controladas

Os investimentos da Companhia em suas coligadas e controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária nas coligadas e controladas são apresentadas na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

4.7 Propriedades para investimento

Conforme definido pelo pronunciamento contábil CPC 28 – Propriedades para Investimentos, as propriedades para investimento estão reconhecidas e apresentadas pelo seu valor de custo, que é composto pelo custo de aquisição incorrido no ato da compra do imóvel subtraída a depreciação acumulada.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas geradas pela propriedade para investimento que se encontra alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência, bem como a depreciação. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

4.8 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo original de aquisição deduzido o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo original inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, incluindo, quando aplicável, os custos de financiamentos.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado, o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é registrado no resultado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Edificações - 25 anos
- Máquinas - 10 anos
- Veículos - 5 anos
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se seu valor contábil for maior que o valor recuperável. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" na demonstração do resultado.

4.9 Ativo intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.9.1 Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de 5 anos.

4.10 Direito de uso de arrendamentos

Em 31 de maio de 2022, a Política para Operações de Arrendamento aprovada pela Administração foi revisada para abranger os equipamentos pertinentes às atividades realizadas no Núcleo Técnico Operacional – NTO, em razão da mudança das condições contratuais.

Esta Política contempla: (i) objetivo; (ii) aplicação; (iii) definições; (iv) critérios; (v) premissas; e (vi) metodologia para adoção da NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos a ser aplicada aos contratos de aluguel de imóveis, máquinas e equipamentos, bem como estabelece a taxa incremental adotada que será revisada anualmente.

A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como “arrendamento”.

O Laboratório Sabin atua como “arrendatária” nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: (i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado e (ii) passivos de arrendamento, que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

4.10.1 Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, coincidindo, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento e quando aditivados ou renegociados, prevalece a nova taxa vigente.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

4.10.2 Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia aplica a sua taxa de empréstimo incremental (ou capitalização de recursos) na data de início. Após essa data, o valor passa a ser corrigido mensalmente pelos juros e reduzido pelos pagamentos efetivados. Adicionalmente, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se

houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

4.10.3 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus contratos cuja vigência seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra, para contratos com valores inferiores a R\$50. Os pagamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Estas obrigações decorrem de bens (insumos, ativos imobilizados, intangíveis, etc.) e serviços prestados por fornecedores, consultores, entre outros adquiridos no curso normal de seus negócios, incluindo provisões.

4.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, importação, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente demanda de um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a empresa e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.13 Debêntures

O registro do montante inicial dos recursos captados de terceiros, classificáveis no passivo exigível (circulante e não circulante), correspondem aos valores líquidos disponibilizados pela transação para utilização pela entidade, e o diferencial com relação aos valores efetivamente pagos e a pagar, a qualquer título (principal, juros, atualização monetária, custos de transação e outros), é tratado como encargo financeiro.

Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual do instrumento, ou seja,

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros.

Sendo assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até os pagamentos todos feitos ou a serem efetuados até a liquidação da transação.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida, como empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida (debêntures, notas comerciais etc.), são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciação do valor líquido recebido.

Os prêmios na emissão de debêntures são acrescidos ao valor justo inicialmente reconhecido na emissão desse instrumento financeiro para o mesmo fim a que se refere o item anterior, apropriando-se ao resultado.

4.14 Benefícios a empregados

Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR

Os valores do PPLR por atingimento de metas e indicadores de eficiência por desempenho, são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem e mensurados mediante cálculo aplicado sobre a totalidade de pontos alcançados pelo colaborador, composto pelo desempenho corporativo, em equipe e individual. A Política de Gestão de Pessoas da Companhia, prevê a opção do colaborador em aderir ou não ao plano de previdência privada após 1 ano de vínculo empregatício, mediante contrapartida que varia de 1% a 2,5% sobre a remuneração.

4.15 Dividendos

A parcela dos dividendos mínimos obrigatórios é registrada com base na proposta de distribuição de dividendos aprovada em ata de reunião pela Administração e, quando aplicável, é reconhecida como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, ou, nos casos em que o pagamento ocorrer de forma antecipada, é baixado da rubrica “Antecipação de dividendos”, sendo o primeiro caso assim tratado por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

4.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são avaliados anualmente para identificação do efeito do valor presente e, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente levando em consideração as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas médias efetivas do custo de capital junto a instituições financeiras. Subsequentemente, esses efeitos são realocados para as linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo.

4.17 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a

Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.18 Estimativa de não recuperabilidade (*impairment*) em ativos não financeiros

Anualmente, o valor contábil líquido dos ativos do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. e de suas controladas são revisados com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido ao valor recuperável, deve ser constituída uma estimativa de não recuperabilidade do ativo ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados, anualmente, para verificação do valor recuperável e quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último, é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

Para o exercício de 2022, a Administração realizou o estudo para seus ativos imobilizados e não identificou ativos que necessitassem de constituição de provisão.

4.19 Tributação

4.19.1 Tributos sobre lucro

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e, uma de suas controladas, por sua vez, adota o regime tributário de lucro presumido. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

4.19.2 Tributos correntes

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240; e
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

4.19.3 Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias decorrentes das inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar as autoridades fiscais.

4.20 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo amortizado. Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.20.1 Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia encontravam-se classificados nas seguintes categorias:

Categoria	Ativo financeiro	Mensuração
Custo amortizado	<ul style="list-style-type: none">• Caixa e equivalentes de caixa• Contas a receber• Créditos a receber de partes relacionadas.	Mensurado pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.
Valor justo por meio do resultado	<ul style="list-style-type: none">• Títulos e valores mobiliários (aplicações em fundo de investimento exclusivo)	Mensurado pelo valor justo utilizando o método de valorização da cota na data do fechamento de cada período para reconhecimento de receitas ou despesas financeiras.

4.20.2 Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou custo mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável.

Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.20.3 Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros

Se aplicável, com base no histórico de inadimplência a Companhia constitui provisão para perda esperada de crédito para os contratos de venda de unidades imobiliárias com parcelas

vencidas, sendo os valores provisionados mensalmente em contraposição ao reconhecimento das respectivas receitas de incorporação, com base em dados históricos.

A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para risco de crédito, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

4.21 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

A contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado

com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

4.22 Gerenciamento de riscos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas Controladas são efetuadas por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas envolvidas para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no monitoramento constante das taxas contratadas versus com as vigentes no mercado, cujo objetivo final é a preservação das margens obtidas com a política definida em conjunto com as áreas operacionais envolvidas.

4.22.1 Risco de mercado

a) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia está associado às taxas do CDI e ao IPCA que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures e Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI).

b) Gerenciamento de risco da taxa de juros

A Companhia e sua investida consolidada, atualmente, não utilizam quaisquer instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição ao risco decorrente das flutuações das taxas de juros.

4.22.2 Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes privados e garantias dos convênios. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.2.

4.22.3 Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado, em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.22.4 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e risco de taxa de juros

No curso normal das operações pode incorrer um descasamento dos índices e taxa de juros (TJLP, IPCA, taxas pré-fixadas, LIBOR, SELIC (CDI), incidentes sobre transações financeiras ativas e passivas. Esse tipo de disparidade, e seu potencial impacto econômico-financeiro, têm origem em fatores endógenos à Companhia, como a contratação de prazos e indexadores das operações financeiras, e exógenos, como as flutuações dos níveis de taxas de juros e índices.

O objetivo é gerenciar os fatores internos e, na medida do possível, antecipar-se às consequências relacionados a causas externas. O controle a potenciais exposições, tanto de curto quanto de longo prazo, visa melhorar a previsibilidade do fluxo de caixa. Sendo assim, a análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada exercício.

Na definição de contrapartes em operações financeiras ativas, observa-se a taxa de rentabilidade, prazo, liquidez dos ativos, reciprocidade e concentração de exposição junto à instituição financeira e, na definição de contrapartes em operações financeiras passivas privilegia-se a melhor combinação de custo financeiro e indexador, desde que assegurados os critérios estabelecidos (Gestão do risco de índices e taxas de juros).

Para os passivos financeiros indexados ao CDI e taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor líquido do passivo esteve em aberto durante todo o período. Um aumento ou uma redução de 5 pontos percentuais é utilizado para apresentar à Administração os impactos de riscos frente a possíveis mudanças na taxa de juros.

Apresentamos um demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nos riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia.

Ano	31/12/2022			
	Passivo Financeiro	Taxa – Juros 10,95% a.a.	Stress +5%	Stress -5%
2023	300.315	10,95% a.a.	1.644	(1.644)
2024 em diante	265.688	9,75% a.a.	1.295	(1.295)

Ano	31/12/2021			
	Passivo Financeiro	Taxa – Juros 7,12% a.a.	Stress +5%	Stress -5%
2022	261.790	7,12% a.a.	931	(931)
2023 em diante	177.424	8,34% a.a.	740	(740)

5 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia e suas Controladas fazem estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos porvindouros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo:

5.1 Provisões para processos cíveis, trabalhistas e tributários

No curso normal das suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 30. Provisões são

constituídas para todo os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

5.2 Estimativa para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A estimativa para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em premissa que avalia critérios dentre os quais podemos destacar: (i) dificuldade financeira e histórico de inadimplência; (ii) quebras ou não cumprimento de contratos; (iii) repactuações de contratos que não ocorreriam em situações normais; (iv) e credor em situação de falência. Para essa avaliação, a administração analisa seus principais contratos principalmente com convênios.

No que se refere ao item “dificuldade financeira” são utilizados como premissas o histórico de inadimplência e o estágio de negociação como fatores qualitativos. Para contratos/convênios cuja probabilidade de risco de perda é avaliada como muito alta, a administração constitui provisão de 100% dos créditos (vencidos e a vencer).

Os contratos com risco de perda avaliados como elevado a provisão é constituída sobre 20% do total dos créditos. Para os riscos de perda médios são constituídas provisão para 10% do total dos créditos.

5.3 Estimativas para perdas com estoques de giro lento e obsoletos

A estimativa para perdas com estoques de giro lento e fora de linha, quando aplicável, é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de possibilidade de consumo ou aplicação dos insumos na prestação de serviços, perecibilidade e o giro dos estoques existentes nas datas de encerramento dos exercícios.

5.4 Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras são majoritariamente investimentos em renda fixa sem restrição para resgate, prontamente resgatáveis, sem perspectivas de variações significativas de valor e que não estão sujeitas a riscos significativos de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	2.449	3.869	6.630	5.265
Aplicações financeira	3	4.532	625	25.225
Total	2.452	8.401	7.255	30.490

7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 20 de maio de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a Política de Investimentos adotada pelo Grupo Sabin. Esta política estabelece as diretrizes e medidas a serem adotadas para a aplicação dos recursos das empresas pertinentes ao Grupo, bem como as alçadas de decisão e competências entre os diferentes níveis da Companhia, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, sendo revisada e aprovada anualmente pela alta Administração.

A política visa a flexibilidade para a realização de investimentos táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou aproveitar oportunidades de mercado.

Neste sentido, em 24 de junho de 2021 o Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A., optou pela criação de um fundo exclusivo de renda fixa, junto ao Banco Bradesco intitulado “Brad Sabin Saúde FIC FIN Cred Priv”. Este fundo busca rentabilidade por meio de oportunidades oferecidas pelos mercados domésticos com taxas de juros pós-fixadas, pré-fixadas e de índice de preços mais atrativas, excluindo estratégias que impliquem em risco de moeda estrangeira ou de renda variável.

Os investimentos aplicados no fundo deverão obedecer aos parâmetros de alocação por classe de ativo independentemente do segmento (renda fixa, renda variável e investimento estruturado), sendo periodicamente analisada a sua rentabilidade e avaliada as alternativas para o investimento dos recursos da Companhia, de modo a respeitar a política e garantir o atingimento da meta estabelecida. As aplicações, resgates e liquidação são realizadas em D+0 e o *benchmark* é o CDI.

Os recursos aplicados no fundo de investimento constituído em 2021, gerou durante o exercício de 2022 uma rentabilidade de 18,52%, frente ao rendimento do CDI, que foi de 12,39% no mesmo período.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Títulos e valores mobiliários	52.251	89.552	73.875	89.552
Total	52.251	89.552	73.875	89.552

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de clientes (a)	133.368	123.605	136.344	125.377
(-) PECLD (b)	(6.552)	(6.552)	(6.552)	(6.552)
Cartões de crédito (c)	16.295	16.888	17.303	17.538
Outras contas a receber	-	-	-	371
Total	143.111	133.941	147.095	136.734

(a) Composto majoritariamente por valores a receber de convênios, possui giro médio de 90 dias;

(b) Este saldo refere-se ao provisionamento realizado pela Companhia baseada em sua Política de PECLD, conforme adoção das diretrizes contidas na política interna; e

(c) Este saldo refere-se ao valor a receber de serviços prestados pagos em cartão de crédito.

9 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Itens de reação	8.837	8.966	9.100	8.966
Itens de controle de qualidade	468	519	537	519
Itens de coleta	1.141	1.429	1.349	1.429
Itens de consumo	1.282	868	1.492	2.559
Itens de imagem	134	72	135	72
Itens de processo	1.831	2.615	1.961	2.615
Estoque de vacinas	1.049	1.441	1.106	1.441
Total	14.742	15.910	15.680	17.601

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ / CSLL credor a compensar	8.539	638	9.221	1.938
PIS / COFINS a compensar	19	-	234	144
ISS a recuperar	3.453	2.476	3.512	2.545
Tributos sobre clientes a faturar	-	1.791	2.322	1.791
Outros impostos a recuperar (a)	4.691	1.962	3.440	2.006
Total	16.702	6.867	18.729	8.424

(a) Esta rubrica se refere a tributos federais a recuperar.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamentos (a)	985	705	5.806	1.279
Benefícios a funcionários (b)	61	19	61	19
Créditos com terceiros	224	477	419	555
Contas a receber CRI (c)	5.350	5.350	5.350	5.350
Despesas antecipadas	88	88	100	100
Outros créditos	9	-	120	-
Total	6.717	6.639	11.856	7.303
Circulante	1.358	1.289	6.497	1.942
Não Circulante (c)	5.359	5.350	5.359	5.361

(a) Este saldo se refere a adiantamentos realizados a empregados e fornecedores;

(b) Este saldo contempla os seguintes benefícios: assistência médica, uniforme, ajuda de custo e auxílios funeral, matrimônio, natalidade, academia, entre outros; e

(c) Esse saldo corresponde ao valor dado em garantia na operação de Crédito de Recebíveis Imobiliários – CRI, a ser devolvido quando da liquidação do contrato.

12 PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são reconhecidas pela Companhia de acordo com as condições acordadas entre as partes.

As principais transações entre a controladora e suas controladas foram eliminadas das demonstrações financeiras consolidadas e decorrem do compartilhamento de custos e prestações de serviços contratados entre as empresas, objetivando a consecução dos seus negócios.

A composição dos saldos é apresentada como se segue.

	Consolidado	
	2022	2021
Sabin S.A.	189.718	138.042
Sabin Biotec Ltda.	-	3.089
Não Circulante	189.718	141.131

Em 23 de dezembro de 2022, baseado no parecer emitido por nossos Assessores Jurídicos, foi aprovada em reunião da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a incorporação da empresa SabinBiotec Biotecnologia Ltda. no Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo apresentamos os principais saldos incorporados:

Ativos		Passivo e patrimônio líquido	
		Passivo não circulante	3.105
		Patrimônio líquido	(3.105)
Total do ativo	<u><u>-</u></u>	Total do passivo	<u><u>-</u></u>

13 INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Investimento – software Amparo Saúde	7.774	7.766	7.873	6.748
PHD Laboratório Clínico Ltda.	20.283	17.958	-	-
Heidelberg Holding (a) / (b)	26.438	27.229	-	-
Sabin Anápolis (c)	5.842	4.644	-	-
Bioanálise Ltda.	33.254	-	-	-
Unicred Conta Capital	2.274	3.003	2.274	3.003
Propriedades para Investimento (d)	11.386	11.473	11.385	11.474
Total	<u><u>107.251</u></u>	<u><u>72.073</u></u>	<u><u>21.532</u></u>	<u><u>21.225</u></u>

- (a) Em 03 de dezembro de 2021, o Laboratório Sabin adquiriu de sua Controladora, 100% da participação acionária referente a operação Amparo Saúde. O valor pago pelo Sabin Medicina Diagnóstica S.A. foi apurado com base no Laudo de Alocação do Preço de Compra - PPA emitido por consultor externo em 11 de fevereiro de 2022.
- (b) Em 20 de dezembro de 2022, a empresa Trieste Tecnologia e Serviços Ltda. foi incorporada à Rosebud Serviços Administrativos e Clínica Médica Ltda., cujo laudo patrimonial a valor contábil totaliza o montante de R\$347.
- (c) Em 1º de julho de 2021, o Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. adquiriu do Sabin Medicina Diagnóstica S.A. 100% da participação societária do Laboratório Sabin de Análises Clínicas em Anápolis Ltda. - CRA, tornando-se o único controlador. Por se tratar de aquisição de participação não controladora de empresa do Grupo, esta transação foi considerada como uma aquisição societária sob controle comum e reconhecida nas demonstrações financeiras do Grupo pelo seu custo histórico.
- (d) Imóvel comercial localizado em São José dos Campos – SP em 31 de dezembro de 2022 (R\$11.386) e 2021 (R\$11.473).

Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações dos investimentos relativas às participações societárias do Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A. estão assim apresentadas:

	Controladora	
	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	72.073	24.190
Equivalência patrimonial	(3.937)	8.080
Dividendos recebidos	(9.773)	-
Participação em investimentos	32.936	3.547
Investimentos avaliados pelo custo	-	50.880
Perdas por <i>impairment</i>	-	(14.026)
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.761	178
Depreciação da propriedade para investimento	(88)	(88)
Propriedades para investimento	-	64
Varição investimento Unicred	(729)	141
Outros ajustes	8	(893)
Saldo em 31 de dezembro	107.251	72.073

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 IMOBILIZADO

Controladora

	Máquinas e equipamentos	Hardware	Móveis e utensílios	Edificações	Benfeitorias em bens de terceiros	Veículos	Terrenos	Instalações	Imobilizado em andamento	Total
Custo										
Em 1º de janeiro de 2022	47.788	15.197	11.297	5.212	28.493	3.134	455	162	-	111.738
Adições CPC 18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	11.645	6.694	2.352	-	3.602	376	6.514	-	5.198	36.381
Baixas	(122)	(21)	(80)	-	-	(344)	-	-	(437)	(1.004)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>59.311</u>	<u>21.870</u>	<u>13.569</u>	<u>5.212</u>	<u>32.095</u>	<u>3.165</u>	<u>6.969</u>	<u>162</u>	<u>4.762</u>	<u>147.115</u>
Depreciação acumulada										
Em 1º de janeiro de 2022	(22.881)	(13.326)	(6.733)	(2.662)	(3.583)	(2.686)	-	(152)	-	(52.023)
Adições CPC 18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação anual	(5.194)	(1.720)	(1.029)	(204)	(1.535)	(210)	-	(3)	-	(9.895)
Baixas	86	21	1	-	-	317	-	-	-	425
Em 31 de dezembro de 2022	<u>(27.989)</u>	<u>(15.025)</u>	<u>(7.761)</u>	<u>(2.866)</u>	<u>(5.118)</u>	<u>(2.579)</u>	<u>-</u>	<u>(155)</u>	<u>-</u>	<u>(61.493)</u>
Valor contábil										
Em 1º de janeiro de 2022	<u>24.907</u>	<u>1.871</u>		<u>2.550</u>	<u>24.910</u>	<u>448</u>	<u>455</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>59.715</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>31.322</u>	<u>6.845</u>	<u>5.808</u>	<u>2.346</u>	<u>26.977</u>	<u>586</u>	<u>6.969</u>	<u>7</u>	<u>4.762</u>	<u>85.622</u>

Laboratório Sabin de Análises Clínicas S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	Máquinas e equipamentos	Hardware	Móveis e utensílios	Edificações	Benfeitorias em bens de terceiros	Veículos	Terrenos	Instalações	Equip. de comunicações	Imobilizado em andamento	Outros Imobilizados	Total
Custo												
Em 1º de janeiro de 2022	49.390	16.806	13.581	5.212	44.523	3.493	455	212	-	-	-	133.671
Adições CPC 18	1.064	852	782	81	1.737	286	-	97	53	-	783	5.735
Adições	12.031	7.047	2.845	-	3.797	552	6.514	527	6	8.192	-	41.511
Baixas	(208)	(158)	(210)	-	(265)	(346)	-	(10)	-	(437)	-	(1.634)
Em 31 de dezembro de 2022	62.277	24.547	16.998	5.293	49.792	3.985	6.969	826	59	7.755	783	179.283
Depreciação acumulada												
Em 1º de janeiro de 2022	(23.725)	(14.066)	(7.637)	(2.662)	(10.821)	(3.003)	-	(174)	-	-	-	(62.088)
Adições CPC 18	(717)	(837)	(512)	(70)	(180)	(277)	-	(39)	(34)	-	-	(2.666)
Depreciação anual	(5.396)	(2.074)	(1.355)	(208)	(3.151)	(273)	-	(28)	(4)	-	-	(12.489)
Baixas	117	89	38	-	-	317	-	6	-	-	-	567
Em 31 de dezembro de 2022	(29.721)	(16.888)	(9.466)	(2.940)	(14.152)	(3.236)	-	(235)	(38)	-	-	(76.676)
Valor contábil												
Em 1º de janeiro de 2022	25.664	2.739	5.944	2.549	33.703	490	455	38	-	-	-	71.583
Em 31 de dezembro de 2022	32.556	7.659	7.531	2.353	35.640	749	6.969	591	21	7.755	783	102.607

A Companhia possui financiamentos negociados com ativos em garantia e regidos por cláusula de *covenants*, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.4. Esses bens são compostos em sua maioria por equipamentos de análises clínicas e de imagem.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 ATIVO INTANGÍVEL

	Controladora					Consolidado				
	Licença de uso de software	Concessão direito de uso	Ágio	Software em Desenvolvimento	Total	Licença de uso de software	Concessão direito de uso	Ágio	Software em Desenvolvimento	Total
Custo										
Em 1º de janeiro de 2022	25.136	2.061	-	-	27.197	25.361	2.061	25.140	-	52.563
Adições CPC 18	-	-	-	-	-	222	-	28.074	-	28.296
Adições	461	-	-	-	461	461	-	-	1.740	2.201
Baixas	(105)	(2.061)	-	3.277	1.111	(105)	(2.061)	(1.070)	3.277	41
Em 31 de dezembro de 2022	25.492	-	-	3.277	28.769	25.940	-	52.144	5.017	83.101
Amortização e perdas acumuladas										
Em 1º de janeiro de 2022	(22.228)	-	-	-	(22.228)	(22.230)	-	-	-	(22.230)
Amortização - Adições CPC 18	-	-	-	-	-	(97)	-	-	-	(97)
Amortização anual	(1.569)	-	-	-	(1.569)	(1.586)	-	-	-	(1.586)
Baixas	6	-	-	-	6	6	-	-	-	6
Em 31 de dezembro de 2022	(23.791)	-	-	-	(23.791)	(23.907)	-	-	-	(23.907)
Valor contábil										
Em 1º de janeiro de 2022	2.908	2.061	-	-	4.969	3.132	2.061	25.140	-	30.333
Em 31 de dezembro de 2022	1.701	-	-	3.277	4.978	2.033	-	52.144	5.017	59.194

16 ARRENDAMENTOS

A Companhia possui operações de arrendamento de diversos ativos, tais como: imóveis, máquinas e equipamentos de TI e Núcleo Técnico Operacional - NTO. Em geral os contratos de aluguel de imóveis são realizados para períodos fixos entre 5 e 10 anos. Quanto às máquinas e equipamentos, estes possuem prazos médios de 05 anos e incluem opções de prorrogação de vigência contratual. Os prazos de arrendamentos são negociados individualmente contendo termos e condições.

A alocação da depreciação do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear. A vida útil é reavaliada periodicamente de forma a identificar eventuais alterações na intenção de continuidade de seus arrendamentos seja por questões estratégicas da Companhia ou por intenção do locador.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.1 DIREITO DE USO – ATIVO

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2022	233.502	2.826	236.328	245.395	2.826	248.221
Adições CPC 18	-	-	-	7.327	-	7.327
Contratos Novos	13.907	49.480	63.387	18.661	51.207	69.868
Remensurações	19.172	-	19.172	21.755	(36)	21.719
Baixas	(2.787)	-	(2.787)	(2.787)	-	(2.787)
Em 31 de dezembro de 2022	263.794	52.306	316.100	290.351	53.997	344.348
Depreciação e perdas acumuladas						
1º de janeiro de 2022	(85.635)	(2.497)	(88.132)	(88.807)	(2.497)	(91.304)
Depreciação anual	(34.804)	(9.377)	(44.181)	(38.051)	(9.676)	(47.727)
Baixas	558	-	558	558	-	558
Em 31 de dezembro de 2022	(119.881)	(11.874)	(131.755)	(126.300)	(12.173)	(138.473)
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2022	147.867	329	148.196	156.588	329	156.917
Em 31 de dezembro de 2022	143.913	40.432	184.345	164.051	41.824	205.875

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2 ARRENDAMENTOS – PASSIVO

Descrição	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento em 01/01/2022	152.795	161.628
Adições	-	7.327
Contratos novos	63.387	69.868
Remensurações	19.172	21.658
Baixas	(2.787)	(2.787)
Pagamentos	(54.738)	(58.743)
Juros pagos	15.220	16.635
Passivo de arrendamento em 31/12/2022	193.049	215.586
Circulante	41.743	45.060
Não circulante	151.306	170.526
Total	193.049	215.586

Descrição	Vencimentos das parcelas	Controladora	%	Consolidado	%
Passivo Circulante	Até dez/2023	41.743	21,62%	45.060	20,90%
	2024	25.134	16,61%	27.927	16,4%
	2025	25.221	16,67%	27.528	16,1%
	2026	25.422	16,80%	27.598	16,2%
	2027	22.953	15,17%	25.053	14,7%
	2028 em diante	52.576	34,75%	62.420	36,6%
Passivo Não Circulante		151.306	78,38%	170.526	79,10%
Total		193.049	100,00%	215.586	100,00%

17 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores de materiais	32.189	27.005	34.969	29.415
Fornecedores de serviços	6.035	4.570	6.557	4.978
Outros fornecedores (a)	12.072	9.971	13.113	9.722
Total	50.296	41.546	54.639	44.115

Esta rubrica registra fornecedores de equipamentos, consultoria de sistemas, manutenção, segurança, telefonia, entre outros.

18 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

1ª Emissão

Em 13 de setembro de 2019, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, nominativas e escriturais, quirografárias, com garantia fidejussória e real nos termos do art. 58 (caput) da Lei das Sociedades por Ações. Elas não possuem emissão de cautelas ou certificados. Foram emitidas 150.000 mil debêntures, cujo valor unitário é de R\$1, totalizando R\$150.000.

As debêntures terão vigência de 7 (sete) anos, vencendo-se, portanto, no dia 15 de setembro de 2026 com remuneração correspondente ao CDI + 1,20% a.a.

2ª Emissão

Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a 2ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, nominativas e escriturais, quirografárias, com garantia fidejussória nos termos do art. 58 (caput) da Lei das Sociedades por Ações. Foram emitidas 100.000 mil debêntures, cujo valor unitário é de R\$1, totalizando R\$100.000, sem emissão de cautelas ou certificados.

As debêntures terão vigência de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto, no dia 12 de fevereiro de 2026 com remuneração correspondente ao CDI + 2,60% a.a. As taxas dos demais empréstimos variam de 0,76% a 2,80% a.m. dependendo do tipo do contrato.

Em 27 de dezembro de 2022, foi aprovada pela Diretoria Executiva, a liquidação total e antecipada das debêntures referentes a 2ª emissão no valor de R\$101.846 junto ao Banco do Brasil.

3ª Emissão

Em 25 de novembro de 2022, a Companhia realizou a 3ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, nominativas e escriturais, quirografárias, com garantia fidejussória e real adicional nos termos do art. 58 (caput) da Lei das Sociedades por Ações. Elas não possuem emissão de cautelas ou certificados. Foram emitidas 175.000 mil debêntures, cujo valor unitário é de R\$1.000, totalizando R\$175.000.

As debêntures terão vigência de 7 (sete) anos, vencendo-se, portanto, no dia 25 de novembro de 2029 com remuneração correspondente ao CDI + 2,50% a.a.

Apresentamos a seguir, a composição do saldo relativo aos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.1 Composição dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Indexador e Taxas (%) (a.m.)	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Empréstimos e debêntures						
Debêntures - Bradesco	1,20% + CDI	set/26	108.916	139.789	108.916	139.789
Debêntures – Bco do Brasil	2,60% + CDI	fev/26	-	100.000	-	100.000
Debêntures - Bradesco	2,50% + CDI	set/29	175.000	-	175.000	-
Capital de giro	2,80%	out/23	3.589	7.000	3.589	12.020
Arrendamento mercantil			-	-	5.199	118
FCO BB	0,76%	out/25	7.267	9.863	7.267	9.863
Empréstimo BNB	8,24%	dez/25	-	-	344	-
Total			294.772	256.652	300.315	261.790
Circulante			37.221	39.962	37.383	40.009
Não Circulante			257.551	216.690	262.932	221.781

18.2 Cronograma de Pagamentos

O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022 e os respectivos valores nominais são como segue:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Debêntures	283.916	260.986	238.056	209.294	151.364	99.167	64.167	29.167
Capital de giro	3.589	-	-	-	-	-	-	-
FCO	7.267	4.702	2.138	-	-	-	-	-
Total	294.772	265.688	240.194	209.294	151.364	99.167	64.167	29.167

Em 2022, a Companhia liquidou junto ao Banco Bradesco, 12 (doze) parcelas referentes a 1ª emissão de debêntures correspondente ao montante de R\$29.508.

18.3 Movimentação de Empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro	256.652	259.730	261.790	264.897
Captações	175.000	105.802	175.373	105.802
Apropriação de juros	33.464	19.359	33.467	19.359
Pagamento de juros	(34.903)	(16.410)	(34.903)	(16.410)
Pagamento de principal	(135.441)	(111.829)	(135.412)	(111.858)
Saldo em 31 de dezembro	294.772	256.652	300.315	261.790

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.4 Garantias e Covenants

Os contratos em geral possuem como principais garantias os avais das acionistas, principais recebíveis de convênios, cartões de crédito e débito e equipamentos.

Com relação às cláusulas de *covenants*, em sua maioria estão vinculadas a:

- Carteira de recebíveis;
- Constituição voluntária de quaisquer garantias reais, ônus sobre ativos;
- Inadimplemento de obrigações contraídas em razão desta cédula de crédito, inclusive encargos e acessórios;
- Inadimplemento de qualquer obrigação relacionada às debêntures;
- Inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias vinculadas a contratos de empréstimos em geral;
- Manutenção e seguro das garantias oferecidas;
- Não observância de índices financeiros apurados anualmente pela emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas regularmente, conforme estabelece as normas contábeis vigentes; e
- Pagamento de dividendos em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

A Administração, entende que na data desta emissão destas demonstrações financeiras, todas as cláusulas foram atendidas.

19 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários a pagar	12.231	12.042	13.492	12.900
INSS a recolher	4.577	4.336	5.340	4.737
FGTS a recolher	1.647	1.327	1.875	1.470
Provisões de férias e encargos	21.137	19.427	23.277	20.730
PPLR a pagar (a)	8.940	7.330	8.940	7.330
Outras obrigações sociais e trabalhistas	612	424	614	428
Total	49.144	44.886	53.538	47.595

(a) Esse valor se refere ao Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PPLR.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
CSLL a recolher	25	90	780	269
IRPJ a recolher	251	1.064	1.844	1.407
IRRF a recolher	2.221	1.795	2.436	1.968
PIS / COFINS a recolher	373	298	548	430
ISS a recolher	1.086	995	1.225	1.109
Parcelamento IRPJ	9.859	12.651	11.148	12.651
Parcelamento CSLL	2.683	3.455	3.348	3.455
Parcelamento PIS /COFINS	-	493	67	493
Outros tributos a recolher	1.782	1.675	1.876	1.761
Total	18.280	22.516	23.272	23.543
Circulante	11.051	11.228	14.559	12.255
Não Circulante	7.229	11.288	8.713	11.288

21 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento de clientes	2.138	2.263	2.503	2.513
Aluguéis e cauções	-	13	172	172
Projeto Pró-DF (a)	-	669	-	669
Outras obrigações	1.448	11.609	1.719	11.609
	3.586	14.554	4.394	14.963
Circulante	2.983	2.945	3.667	3.354
Não Circulante	603	11.609	727	11.609

- (a) Esse projeto se refere a aquisição de imóvel oriundo do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal – PRÓ-DF II, instituído pelo Governo do Distrito Federal – GDF, que emitiu a escritura pública de compra e venda da propriedade de imóveis urbanos com alienação fiduciária em garantia em 23 de agosto de 2022, motivo pelo qual ensejou a reclassificação desse saldo para o grupo de Ativo Imobilizado.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$8.200, representado por 8.200 (oito milhões e duzentas mil) ações, cujo valor unitário de R\$1,00, totalmente integralizado em moeda corrente do país, onde o Sabin Medicina Diagnóstica S.A. é detentor de 100% da participação acionária na sociedade.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva Legal

Em 31 de dezembro de 2022, já havia sido constituída a Reserva Legal no limite de 20% do Capital Social, conforme estabelece a Lei das Sociedades por Ações, correspondente ao montante de R\$1.500 do limite estabelecido por lei.

c) Apropriação do Lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, a proposta da Administração para distribuição do lucro líquido, sujeita a ratificação na Assembleia Geral dos Acionistas, conforme demonstrado abaixo:

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, em 2022 foram apurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme demonstrado a seguir.

Descrição	Valor
I - Lucro Líquido do Exercício	53.002
(-) Reserva Legal (5%)	(140)
II – Base de cálculo dos dividendos	52.862
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(13.215)
Reserva Legal (5% x I)	-
Reserva de Lucros	39.647

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas líquidas decorrentes dos serviços prestados durante o exercício de 2022 são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Análises clínicas	905.096	931.497	963.776	972.136
Imunização	15.803	15.544	16.260	16.186
Imagem	15.380	7.737	15.380	7.737
Serviços médicos APS (a)	-	-	11.769	1.102
Check-up executivo	3.406	2.739	3.406	2.739
Receita bruta (b)	939.685	957.517	1.010.591	999.900
(-) Deduções e abatimentos	(11.534)	(12.219)	(11.634)	(12.260)
ISS	(18.758)	(19.467)	(21.705)	(21.657)
COFINS	(27.498)	(28.680)	(29.862)	(30.307)
PIS	(5.958)	(6.213)	(6.470)	(6.566)
(-) Tributos sobre serviços	(52.214)	(54.360)	(58.037)	(58.530)
Total	875.937	890.938	940.920	929.110

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Essa rubrica registra os valores pertinentes aos serviços médicos prestados pela empresa controlada Amparo Saúde.
- (b) Esse valor se refere a receita decorrente da prestação de serviços laboratoriais, de imagem, imunização, *check-up* executivo, entre outros.

24 CUSTOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Material aplicado (a)	(162.878)	(179.525)	(177.275)	(180.344)
Serviços terceirizados (b)	(36.214)	(33.096)	(37.778)	(34.040)
Depreciação e amortização	(3.210)	(3.033)	(3.210)	(3.033)
Outros custos (c)	(16.247)	(12.797)	(17.343)	(17.686)
Total	(218.549)	(228.451)	(235.606)	(235.103)

- (a) Este saldo se refere aos custos oriundos dos contratos de arrendamento dos equipamentos localizados no Núcleo Técnico Operacional – NTO.
- (b) Este saldo é composto por custos decorrentes de serviços terceirizados de análises clínicas, de imagem e de *check-up* executivo.
- (c) Este saldo é composto por custos de materiais de consumo direto, controle de qualidade, vacinas, depreciação e amortização e serviços profissionais.

25 DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários e encargos	(190.075)	(167.177)	(209.399)	(169.391)
Benefícios a empregados	(63.803)	(59.854)	(69.425)	(67.918)
Provisão de férias/13º salários e encargos	(40.330)	(35.881)	(43.603)	(37.525)
Provisão de PPLR	(15.706)	(12.669)	(15.834)	(12.669)
Total	(309.914)	(275.581)	(338.261)	(287.503)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aluguéis e serviços em geral (a)	(44.413)	(34.429)	(48.214)	(37.796)
Serviços de terceiros (b)	(46.495)	(57.532)	(48.048)	(58.695)
Gastos com transporte, viagens e alimentação	(3.470)	(8.399)	(3.814)	(8.443)
Doações - Instituto Sabin	(4.833)	(5.530)	(4.833)	(5.530)
Outros (c)	(36.083)	(19.081)	(44.314)	(20.893)
Total	(135.294)	(124.971)	(149.223)	(131.357)

- (a) Este saldo é composto por aluguel de estacionamento e de unidades que não se enquadram na Política de Arrendamentos do Grupo Sabin, concessão de espaço público, condomínio, IPTU, energia elétrica, água e internet.
- (b) Esta rubrica é composta por serviços de consultorias, manutenção, reciclagem, depósitos e tratamentos de lixo, suprimentos e periféricos e serviços de informática.
- (c) Este saldo é composto pelas seguintes despesas: gastos com lanches e refeições, *outsourcing* de impressão; pró-labore, promoções e eventos, publicidade e propaganda e PECLD.

27 DESPESAS COMERCIAIS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Publicidade e propaganda	5.907	4.408	6.181	4.408
Assessoria de comunicação	8.989	5.539	9.002	5.539
Gerais (a)	5.945	3.861	6.062	3.921
Total	20.841	13.808	21.245	13.868

- (a) Nesta rubrica são registradas as despesas com endomarketing e ações promocionais diversas.

28 OUTRAS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas				
Receita de aluguel	1.017	941	1.017	941
Recuperação de despesas	2.949	2.873	2.966	2.894
Outras receitas	833	1.424	850	1.452
Dividendos fundo de reserva - Sicoob	342	319	437	324
Total	5.141	5.557	5.270	5.611

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras despesas				
Perdas - Contas a Receber	(6.705)	(12.923)	(1.100)	(12.923)
Perdas no estoque	(921)	(375)	(1.053)	(391)
Outras despesas	-	(253)	(5.662)	(2.384)
Total	(7.626)	(13.551)	(7.815)	(15.698)
Total líquido	(2.485)	(7.994)	(2.545)	(10.087)

29 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas Financeiras				
Descontos concedidos	(89)	(174)	(114)	(178)
Deságio / Utilização cartão	(2.564)	(3.815)	(2.770)	(3.985)
Despesas/Tarifas bancárias	(344)	(798)	(396)	(847)
Juros e Multas s/ Títulos e impostos	(2.673)	(507)	(2.736)	(831)
Juros passivos	(34.551)	(19.169)	(35.286)	(19.170)
Juros sobre arrendamento mercantil	(15.219)	(9.962)	(16.637)	(10.030)
Outras despesas financeiras	-	-	(4)	-
Varição Monetária/Cambial passiva	(36)	(19)	(36)	(19)
Total	(55.476)	(34.444)	(57.979)	(35.060)
Receitas Financeiras				
Descontos obtidos	4.985	555	5.004	561
Rendimentos aplicação financeira	5.279	171	8.344	1.048
Juros / Correções	347	4.679	354	4.655
Total	10.611	5.405	13.702	6.264
Resultado líquido financeiro	(44.865)	(29.039)	(44.277)	(28.796)

(a) Nesta rubrica são registrados os juros passivos incidentes sobre as operações financeiras pactuadas pela Companhia (empréstimos, financiamentos, debentures, entre outros).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	2022	2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	85.771	163.261
Eliminações do MEP	3.937	(8.080)
Base de cálculo	89.708	155.181
(+) Adições	71.126	75.421
(-) Exclusões	(58.685)	(39.972)
(-) Lei do Bem	(2.287)	(5.643)
(=) Lucro real tributável	99.862	184.986
Alíquota IRPJ / CSLL	34%	34%
Despesa com IRPJ	14.979	27.748
Despesa com adicional IRPJ	9.962	18.475
Despesa com CSLL	8.988	16.649
(=) Despesa bruta com IRPJ e CSLL	33.929	62.872
(-) Incentivos referentes ao imposto de renda	(1.160)	(2.002)
(=) Total apurado com IRPJ e CSLL	32.769	60.870
(-) Imposto de renda retido na fonte	(17.786)	(17.935)
(-) Outros ajustes tributários	(22.676)	(42.012)
IR / CSLL - Corrente	(7.693)	923
IR / CSLL - Diferido	-	4.769

31 PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia reconheceu em 2022, provisão para riscos no montante de R\$631, em razão de processos classificados por nossos Assessores Jurídicos com probabilidade de perda provável, totalizando R\$973, conforme descrito a seguir.

Descrição	Consolidado - 2022	Consolidado 2021
Cível	13	13
Previdenciário	311	311
Trabalhista	649	18
Total	973	342

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo contingente somava o montante de R\$2.000, relativo as ações de natureza administrativa, cível, trabalhista e tributária e, não provisionadas em razão de nossos Assessores Jurídicos considerarem que a probabilidade de perda é possível.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32 SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para riscos de colisão, incêndio, roubo e furto, entre outros relacionados aos seus equipamentos, instalações e veículos considerando a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição de seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2022, foram contratados seguros com cobertura no montante de R\$208.255, conforme descrito a seguir.

<u>Descrição</u>	<u>Principais coberturas</u>	<u>Valor segurado</u>
Equipamentos / instalações	Básicas, danos elétricos, Incêndio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, vazamentos, etc.	194.139
Veículos	Danos materiais, corporais, colisão, roubo, furto etc.	14.116
	Total	208.255

As premissas de riscos adotadas pela Administração em decorrência de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Operações com “Risco Sacado”

A Administração declara a inexistência de operações de risco sacado (*forfait*) junto às instituições financeiras com as quais opera.

Atualmente, os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia restringem-se a: (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento por direito de uso, dividendos a pagar e outras obrigações.

Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

33.2 Processos judiciais decorrentes do não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

No dia 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal – STF, decidiu por unanimidade retirar o privilégio dos contribuintes que não recolhiam o tributo referente a Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL baseados em decisões que consideravam a cobrança como inconstitucional. Nesse sentido, prevalece a decisão da Corte que desde 2007, validou o tributo devido por todos os contribuintes, sendo ineficaz a aplicação da retroatividade.

Diante disso, a Companhia informa que não possui ações judiciais dessa natureza.

Diretores Estatutários

Lídia Freire Abdalla Nery
Presidente Executiva

José Francisco Viana de Sousa
Diretor Financeiro

Diretores Executivos

Andrea Pinheiro dos Santos
Diretora de Rel. Inst. e Com. Corporativa

Cyra Mesquita de Araújo
Diretora Técnica da Expansão

Bruno Ganem Siqueira
Diretor de Relacionamento com o Mercado

Guilherme Ferreira de Oliveira
Diretor Administrativo da Expansão

Rafael Henriques Jácomo
Diretor Técnico

Marly Vidal Silva Macedo
Diretora Administrativa e de Pessoas

Lourivana Rodrigues de Lima
Contadora – CRC/DF 017.015/O-8